



AGENDA LEGISLATIVA

4 A 8 DE MARÇO DE 2024

CONGRESSO NACIONAL

Segunda-feira (4/3)

CCS - CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, 09h30

Audiência Pública – Tema: Remuneração do conteúdo jornalístico pelas plataformas digitais.

Convidados:

- Marisa von Bülow, Professora da Universidade de Brasília;
- Marcelo Rech, Presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ); e
- Francisco Britto Cruz, Diretor Executivo do InternetLab.

Reunião de Trabalho – Pauta: (i) Relatório sobre a [proposta](#) de reformulação da [Lei nº 8.389/1991](#), da comissão de relatoria formada pelos Conselheiros Valdez Donzelli, Maria José Braga e Davi Emerich; (ii) Informes sobre a programação do seminário sobre Educação Midiática; (iii) Proposta de realização de audiência pública sobre regulação de serviços de streaming, da Conselheira Sonia Santana.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sem itens de interesse na pauta.

SENADO FEDERAL

PLEN – PLENÁRIO / Plenário do Senado Federal

Terça-feira (5/3), 14h00

PLP 137/2019 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para dispor sobre a cédula de crédito microempresarial. Item nº 3. Explicação: determina a concessão de cédula de crédito a microempresas que não tenham recebido pagamento, no prazo de 30 dias, pelos bens ou serviços executados no âmbito do Estado.

Autor: Flavio Arns (PSB/PR)

Relator: pendente

Relatório: pendente

Quinta-feira (7/3), 11h00

PDL 929/2021 - Aprova o texto do Acordo de Reconhecimento Mútuo de Certificados de Assinatura Digital do Mercosul, assinado na cidade de Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019. Item nº 3.

Autor: Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul

Relator: Senador Humberto Costa (PT/SP)

Parecer: Favorável.

Terça-feira (5/3)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 10h00

PL 1372/2021 - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre medidas para assegurar a igualdade salarial entre os sexos e sobre a proteção à testemunha no processo judiciário do trabalho, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial. Item nº 3.

Explicação: determina a adoção de regras e critérios igualitários entre homens e mulheres para determinação dos níveis salariais no âmbito das empresas, cria medidas de transparência em relação à distribuição salarial por sexo, proíbe a demissão ou a adoção de medida em prejuízo da proteção jurídica de trabalhador que tenha faltado ao serviço para depor como testemunha em processo trabalhista, e institui o Dia Nacional da Igualdade Salarial.

Autor: Paulo Paim (PT/RS)

Relator: Teresa Leitão (PT/PE)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

PL 454/2022 - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre compartilhamento e publicização de dados e microdados coletados no recenseamento anual a que se refere o inciso I do § 1º do art. 5º da referida Lei e na realização de censos educacionais. Item nº 4.

Explicação: determina que o Poder Público é autorizado a compartilhar os dados e microdados do Censo Escolar e do ENEM

Autor: Tiago Mitraud

Relator: Esperidião Amin (PP/SC)

Parecer: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta

CAE - COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 10h00

PLP 252/2023 - Altera a Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021, para dispor sobre o contrato de investimento conversível em capital social (CICC). Item nº 5.

Explicação Geral: institui o CICC, com vistas a fomentar investimentos em startups em estágios iniciais

Autor: Portinho (PL/RJ)

Relator: Izalci (PSDB/DF)

Parecer: Pela aprovação do projeto.

CSP - COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 11h00

PL 4436/2020 - Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para tipificar a corrupção entre particulares. Item nº 5.

Autor: Marcos do Val (PODE/ES)

Relator: Capitão Styvenson (PODE/RN)

Parecer: Favorável ao PL nº 4436/2020, com uma emenda (substitutivo) que apresenta, e pela prejudicialidade do PL nº 4628/2020.

Quarta-feira (6/3)

CAS - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, 09h00

PL 2607/2021 - Acrescenta inciso VII ao art. 68 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que regula as licitações e contratos administrativos, para estabelecer como requisito para habilitação a verificação do cumprimento das quotas de aprendizagem e dá outras providências. Item nº 5.

Autor: Dr. Zenaide Maia (PSD/RN)

Relator: Flavio Arns (PSB/PR)

Parecer: Favorável ao Projeto.

PL 10/2022 - Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para regulamentar o regime híbrido de trabalho. Item nº 8.

Explicação: estabelece regras para o regime híbrido de trabalho, tais como: prestação de serviços em regime híbrido constará expressamente do contrato individual de trabalho, que especificará as atividades que serão realizadas pelo empregado, e poderá ser estipulada em período semanal ou mensal.

Autor: Chico Rodrigues (PSB/RR)

Relator: Paulo Paim (PT/RS)

Parecer: Pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto.

CCDD - COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, 09h30

REQ 2/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 27/2023 - CCDD, com o objetivo de instruir o PL 113/2020, que “altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet), que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, para dispor sobre o cadastramento dos usuários de provedores de aplicações de internet” seja incluído o seguinte convidado: Senhor Carlos Afonso Gonçalves da Silva, Delegado Divisionário de Polícia.

Autor: Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP)

REQ 3/2024 - Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 8 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de debater, no âmbito da Comissão de Comunicação e Direito Digital, a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil, a fim de compreender as razões para a persistência desse problema social, acompanhar as medidas em andamento para combatê-lo em seus diferentes aspectos e elaborar proposições legislativas, quando pertinentes, para o enfrentamento dessas questões.

Autor: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

REQ 4/2024 - Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2264/2023, que “altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, e a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para uso da Internet no Brasil, para dispor sobre a divulgação de crimes cometidos com uso de violência no ambiente escolar”.

Convidados:

- Flávio Lara Resende, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT);
- Márcio Novaes, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABRET);
- Felipe França, Diretor do Conselho Digital - Associação pela Internet livre, Segura e Responsável;
- Igor Luna, Representante da Câmara Brasileira de Economia Digital - Camara-e.net;
- Thiago Tavares, Diretor dos Criadores e Mantenedores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos (Safernet);
- Gustavo Borges, Diretor do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologia (LABSUL);
- Tais Niffenegger, Gerente de Bem-estar para América Latina - META;
- Marcelo Lacerda, Diretor de Política Públicas - Google.

CCJ - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, 10h00

PEC 3/2020 - Altera o inciso XXVIII do art. 22 e acrescenta dispositivos aos arts. 23 e 24 da Constituição Federal, para dispor sobre o regime de competência para legislar sobre defesa e segurança cibernética e fixar a competência comum dos entes federados para zelar pela segurança cibernética dos serviços públicos. Item nº 4.

Autor: Eduardo Gomes (PL/TO)

Relator: Hamilton Mourão (REP//RS)

Parecer: Favorável à Proposta, com três emendas que apresenta.

CTIADMTR - COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA EXAMINAR OS ANTEPROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DA COMISSÃO / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, 14h00

Audiência Pública – Finalidade: Debater os temas tratados pelos seguintes projetos de lei a serem apreciados pela comissão: [PL 2483/2022](#) (processo administrativo tributário federal), [PL 2489/2022](#) (custas devidas à União, na Justiça Federal de primeiro e segundo graus) e [PLP 125/2022](#) (normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes).

Convidados:

- Mary Elbe, Advogada, Pós-doutora em Direito Tributário - Universidade de Lisboa – Portugal, Doutora em Direito Tributário pela PUC/SP;
- Misabel Derzi, Professora titular de Direito Tributário e Financeiro da UFMG e Professora Emérita;
- Adriana Gomes Rego, Subsecretária Geral da Secretaria Especial da Receita Federal;
- Nelson Gustavo Mesquita Ribeiro Alves, Juiz Federal, Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe);
- e

- Tacio Lacerda Gama, Professor de Direito Tributário e de Teoria do Direito da PUC/SP, Professor de Direito Tributário no curso de especialização do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET).

CDD - COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA / Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, 14h00

PL 745/2022 - Altera a Lei nº 13.812, de 16 de março de 2019, que institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o uso de aplicações de reconhecimento facial. Item nº 3.
Explicação: determina o desenvolvimento e a utilização de aplicações de reconhecimento fácil para agilizar o processo de identificação e localização de pessoas desaparecidas.

Autor: Jorge Kajuru (PSB/GO)

Relator: Magno Malta (PL/ES)

[Relatório](#): Pela aprovação